



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2025

“Altera o inciso IX do art. 32, da Resolução nº 165, de 13 de abril de 2005, que estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Pirassununga, para incluir a defesa dos direitos das pessoas neurodivergentes, cria o art. 2º-A, na Resolução nº 231, de 17 de agosto de 2021 e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas Portadoras de Doenças Raras, disciplinada pelo inciso IX do Art. 32 da Resolução nº 165, de 13 de abril de 2005 (Regimento Interno), passa a denominar-se *“Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Pessoas Portadoras de Doenças Raras e Pessoas Neurodivergentes”*.

Art. 2º Fica incluído o art. 2º-A, com seus incisos e parágrafo único, na Resolução nº 231, de 17 de agosto de 2021 com a seguinte redação:

Art. 2º-A Fica incluída, nas atribuições da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Pessoas Portadoras de Doenças Raras e Pessoas Neurodivergentes, a fiscalização e o controle das políticas públicas do Município de Pirassununga relacionadas a este grupo, competindo:

I – Manifestar-se sobre o mérito de matérias relativas a planos e ações que visem à promoção da inclusão, acessibilidade e bem-estar de pessoas com deficiência, pessoas portadoras de doenças raras e pessoas neurodivergentes, abrangendo políticas de saúde mental, neurodesenvolvimento e reabilitação, programas de educação inclusiva em todos os níveis, desde a primeira infância até o ensino superior e profissionalizante; iniciativas para a inserção e manutenção no mercado de trabalho, bem como a promoção do empreendedorismo; projetos de acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte e comunicação, incluindo formatos acessíveis e tecnologias assistivas; medidas de combate à discriminação, preconceito e estigma social; ações de fomento à autonomia, participação social e cultural e controle do cumprimento de leis, normas e convenções internacionais que garantam os direitos dessas populações;

II – Acompanhar e emitir parecer sobre proposições que regulamentem a criação, organização e atribuições de órgãos e entidades municipais, bem como o regime jurídico de servidores públicos, no que concerne à promoção da diversidade e inclusão de pessoas com deficiência, pessoas portadoras de doenças raras e pessoas neurodivergentes;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico



III – Propor, discutir e avaliar a implementação de ferramentas legais e instrumentos de planejamento orçamentário que assegurem recursos adequados para as políticas públicas destinadas a este público, em consonância com as leis orçamentárias municipais (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual);

IV – Proceder à elaboração de outras proposições, nos termos deste Regimento Interno, que visem a aprimorar a legislação municipal e garantir a efetividade dos direitos das pessoas com deficiência, pessoas portadoras de doenças raras e pessoas neurodivergentes.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Pessoas Portadoras de Doenças Raras e Pessoas Neurodivergentes funcionarão em conformidade com as disposições regimentais que disciplinam a atuação das comissões permanentes.

Art. 3º O inciso IX, do art. 32, da Resolução nº 165 de 13 de abril de 2005, (Regimento Interno), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32.

(...)

IX – Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Pessoas Portadoras de Doenças Raras e Pessoas Neurodivergentes (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 31 de outubro de 2025.

Mirelle Cristina de Araújo Bueno

Vereadora



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nobres Pares,

A presente proposição visa promover uma adequação fundamental e necessária ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Pirassununga, em especial no que tange à composição e abrangência das Comissões Permanentes. Identificou-se a necessidade de expandir o escopo do inciso IX do Art. 32 da Resolução nº 165, de 13 de abril de 2005, para contemplar de forma explícita a defesa dos direitos das "Pessoas Neurodivergentes".

Atualmente, o inciso IX do Art. 32 da Resolução nº 165/2005 estabelece a Comissão Permanente de *Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas Portadoras de Doenças Raras*. Embora o conceito de deficiência, em sua interpretação mais ampla, possa abarcar algumas condições neurodivergentes, a especificidade e a complexidade das necessidades e dos direitos das pessoas neurodivergentes demandam um reconhecimento autônomo e inequívoco no âmbito legislativo.

A neurodiversidade é um conceito que reconhece a variação natural no funcionamento cerebral humano, incluindo condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, discalculia, entre outras. Indivíduos neurodivergentes frequentemente enfrentam barreiras significativas no acesso à educação, ao emprego, à saúde e à participação plena na sociedade, muitas vezes devido à falta de compreensão e de adequação de ambientes e políticas públicas.

A inclusão explícita de "Pessoas Neurodivergentes" no nome e, consequentemente, nas atribuições da comissão, assegura que a Câmara Municipal de Pirassununga esteja alinhada com as mais recentes discussões sobre inclusão e direitos humanos, promovendo uma abordagem mais técnica, precisa e abrangente. Tal medida visa garantir que os debates, proposições e pareceres da comissão considerem as particularidades e os desafios enfrentados por essa população, resultando em soluções legislativas mais eficazes e direcionadas.

Esta alteração representa um avanço no compromisso desta Casa Legislativa com a promoção da igualdade, da dignidade humana e da construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os munícipes, em consonância com os princípios constitucionais da Legalidade e da Eficiência. Ao reconhecer e endereçar as especificidades das pessoas neurodivergentes, a Câmara Municipal reafirma sua responsabilidade em proteger os direitos de grupos vulneráveis e em construir políticas públicas que atendam às suas demandas.

Conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta relevante proposição, que fortalecerá a atuação da Câmara na defesa de todos os segmentos da nossa população.

Pirassununga, 31 de outubro de 2025.

Mirelle Cristina de Araújo Bueno
Vereadora

cl



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=88U21J1RE4BK3563>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 88U2-1J1R-E4BK-3563

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Projeto de Resolução Nº 10/2025 - PROTOCOLO: 6818/2025 - 31/10/2025 - 10:54 - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: 88U2-1J1R-E4BK-3563